



7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Vladimir Segalla Afanasieff

Rua XV de Novembro, 184 - 6º andar - cj. 604 - Centro
Tel.: (XX11) 3116-7600 - Email: 7rtd@7rtd.com.br - Site: www.7rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 2.040.699 de 19/04/2021

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **24 (vinte e quatro) páginas**, foi apresentado em 15/04/2021, o qual foi protocolado sob nº 2.042.772, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **2.040.699** no Livro de Registro B deste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:

CONTRATO PADRÃO

São Paulo, 19 de abril de 2021

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

José Roberto Ferreira da Silva
Escrevente Autorizado

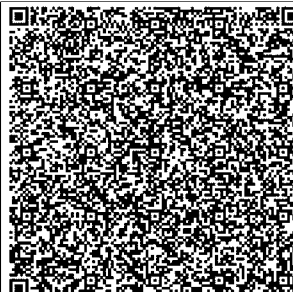
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00191537013545447



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1137124TICF000028450AE214

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98

**SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE MINUTA,
CONTRATO MODELO OU PADRÃO**

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL.**

Nome do requerente: EDUARDO DA SILVA LOPES

CPF/CNPJ 332 129 848-13 RG 41.419.897-9

Endereço: RIA DA CONSOLAÇÃO 293 1º ANDAR

Informações complementares: E-mail ANDRÉ.HENRIQUE@UNIONPAR.COM.BR Tel. (11) 3138-1570

nesta Capital, abaixo assinado (a), vem requerer a Vossa Senhoria o **REGISTRO** do anexo documento constante de:

nome do contrato / documento a ser registrado:

CONTRATO PADRÃO

P. Deferimento.

São Paulo, 19 / 04 / 2021.

assinatura




Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.040.699** em **19/04/2021** neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



BASES GERAIS COMERCIAIS

Fornecimento de Bens pela
Melhoramentos CMPC LTDA.


 1 

Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 2.040.699 em 19/04/2021 neste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



ÍNDICE

1. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES
2. INDEPENDÊNCIA
3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS
4. SEGURANÇA NO TRABALHO
5. CUIDADOS AMBIENTAIS
6. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL
7. RESPONSABILIDADE CIVIL
8. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
9. ÉTICA NOS NEGÓCIOS
10. LEALDADE AO COMPETIR
11. EVITAR CONFLITO DE INTERESSES
12. PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA
13. CONFIDENCIALIDADE
14. NÃO EXCLUSIVIDADE
15. CESSÃO DO CONTRATO
16. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR
17. RESCISÃO ANTECIPADA
18. COMUNICAÇÕES E CONTATO
19. DISPOSIÇÕES FINAIS
20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
21. FORO E LEI APLICÁVEL



2

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



BASES GERAIS DE FORNECIMENTO DE BENS
MELHORAMENTOS CMPC LTDA. (SOFTYS)

- a) O presente instrumento constitui as Bases Gerais de Contratação de Fornecimento de Bens e regula as cláusulas gerais aplicáveis aos contratos que a MELHORAMENTOS CMPC LTDA. (aqui denominada EMPRESA") celebra com o CLIENTE ou COMPRADOR (aqui denominado "COMPRADOR") no que tange ao fornecimento de bens (os "Bens" ou "Produtos") pela EMPRESA.
- b) A EMPRESA e o COMPRADOR são conjuntamente referidos como as "Partes" e individualmente, como "Parte".
- c) Para que as presentes Bases sejam incorporadas em qualquer contrato que a EMPRESA celebre ("Contrato") ou Acordo Comercial ("Acordo Comercial"), deverá ser indicado expressamente em referido documento que essas Bases são incorporadas ou anexadas ao mesmo, formando, assim, sua parte integrante.
- d) As plantas ou instalações do COMPRADOR que receberão os Bens fornecidos pela EMPRESA, de acordo com os termos do Contrato ou de Ordem de Compra, serão referidas como "Plantas" ou "Ponto de Entrega".
- e) Em caso de contradição entre o disposto no Contrato e o disposto nas Bases, prevalecerá o disposto nas Bases.

1. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES

- 1.1. A EMPRESA declara que possui todas as permissões e autorizações estabelecidas pela lei aplicável para fornecer os Produtos e que suas instalações cumprem com todos os requisitos sanitários, ambientais, trabalhistas e demais requeridos, a fim de realizar seus processos produtivos.
- 1.2. Os Produtos deverão ser produzidos de modo que cumpram todos os requisitos e regulamentos em vigor nas jurisdições em que as instalações do COMPRADOR operam,



8

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



no tocante à produção, comercialização, manuseio, armazenagem, descarga e transporte, conforme apropriado.

- 1.3. A EMPRESA e o COMPRADOR declaram ter todas as autorizações e poderes necessários para celebrar o Contrato ou Acordo Comercial e que o fornecimento contratado entre as Partes não viola direitos de terceiros.

2. INDEPENDÊNCIA

- 2.1. As Partes declaram exercer suas atividades de maneira independente e autônoma uma em relação à outra, atuando, para todos os fins, por sua exclusiva conta e risco, sem que exista qualquer relação de subordinação, vínculo societário, propriedade ou administração em comum, seja direta ou indireta, entre as Partes.
- 2.2. A EMPRESA é uma pessoa jurídica, conforme estabelecido no Contrato e/ou no Acordo Comercial, autônoma e independente, com organização, administração e recursos humanos e materiais próprios.
- 2.3. Nenhuma cláusula dessas Bases deverá ser interpretada de modo a constituir relação de cunho societário entre a EMPRESA e o COMPRADOR.
- 2.4. A relação contratual entre as Partes não deverá criar qualquer tipo de associação, fusão temporária de empresas, associação de fato ou de direito, *Joint Venture* ou vínculo societário. Em nenhum caso será entendido que há relação societária e/ou de vínculo empregatício entre as Partes ou entre uma Parte e os empregados, dependentes, diretores, sócios ou acionistas da outra, nem que uma das Partes tenha o poder de representar a outra. Nesse sentido, as Partes não deverão induzir qualquer terceiro em erro em relação às suas relações comerciais, sempre mantendo a autonomia e independência entre si como pessoas distintas que são.
- 2.5. As Partes declaram que possuem todos os recursos econômicos, materiais e pessoais adequados para o devido cumprimento do Contrato.



2

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

- 3.1. A EMPRESA não terá qualquer vínculo ou responsabilidade, de natureza laboral ou de qualquer outra ordem, no que diz respeito aos trabalhadores do COMPRADOR ou seus subcontratados. Será de exclusiva responsabilidade do COMPRADOR cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas às atividades do Contrato. Independentemente disso, a EMPRESA terá o direito de exigir do COMPRADOR, a qualquer momento, a comprovação de tal conformidade, sem que isso exclua qualquer responsabilidade do FORNECEDOR em se manter em conformidade com as leis aplicáveis.

4. SEGURANÇA NO TRABALHO

- 4.1. As Partes deverão cumprir estritamente as normas de segurança no trabalho, inclusive como requisito para que o seu respectivo pessoal ingresse nas Plantas, quando também deverá cumprir com as políticas internas e as certificações aplicáveis ao local. Quando se tratar de normas exclusivamente internas nas Plantas, cada Parte informará oportunamente à outra.
- 4.2. Cada Parte será a única e exclusiva responsável pelos danos resultantes de acidentes no trabalho dos seus trabalhadores e/ou dos seus subcontratantes.
- 4.3. Da mesma forma, todos os profissionais que atuem o presente Contrato sob a responsabilidade das Partes deverão estar adequadamente preservados e seguros contra riscos de acidentes de trabalho e de enfermidades laborais.

5. CUIDADOS AMBIENTAIS

- 5.1. As Partes deverão cumprir integralmente com a legislação ambiental aplicável.
- 5.2. A EMPRESA deverá desenvolver e manter, continuamente, seus planos, programas e equipamentos para prevenir ou mitigar os efeitos adversos ambientais que podem decorrer da sua atividade de fornecimento de Bens.



5

6

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



- 5.3. Qualquer efeito ambiental adverso, poluição ou danos ambientais que a EMPRESA ou os seus subcontratantes causarem com base na execução do Contrato serão da sua exclusiva responsabilidade e os obrigará a efetuar, a seu custo, todas as ações necessárias ou convenientes de acordo com as disposições legais e regulamentares pertinentes.
- 5.4. A EMPRESA é obrigada a comunicar imediatamente e por qualquer meio para o COMPRADOR qualquer ato ou ação que possa afetá-lo, a sua imagem e/ou o fornecimento do Bens, causados pela sua atividade no âmbito do Contrato. Em seguida, dentro de um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados de tal evento, deverá ser enviado um relatório por escrito do ocorrido ao Administrador do Contrato.
- 5.5. É também responsabilidade exclusiva do COMPRADOR quaisquer sanções administrativas ou judiciais aplicadas pelas autoridades e/ou decorrentes de decisões judiciais relativas a seus atos ou dos seus subcontratados que motivarem tais sanções.

6. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

- 6.1. A EMPRESA declara e garante que os Produtos não infringem ou infringirão, sem limitação, quaisquer direitos de propriedade industrial ou intelectual de terceiros.
- 6.2. Por outro lado, o COMPRADOR não poderá, sem o consentimento prévio, explícito e por escrito da EMPRESA:
- a) Utilizar o nome e/ou as marcas comerciais registradas da EMPRESA em qualquer produto, publicidade ou comunicação ao público em qualquer formato, exceto quando estritamente necessário para a execução do Contrato;
 - b) Fazer propagandas, campanhas publicitárias ou anúncios a respeito do Contrato, dos bens ou em relação a qualquer atividade relacionada à EMPRESA;
 - c) Tirar fotografias, fazer vídeos ou gravações dos ativos de propriedade da EMPRESA.

7. RESPONSABILIDADE CIVIL



Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



7.1. As Partes serão responsáveis uma perante a outra por danos, prejuízos, perdas, penalidades sofridas por atos atribuíveis aos seus subcontratados, em razão de qualidade, transporte, descarregamento, fabricação, importação e manuseio dos Produtos, violação de propriedade intelectual ou qualquer outro motivo que lhe seja imputável, tais como violações destas Bases em geral, especialmente por descumprimento de suas funções e obrigações de encargos sociais, segurança, saúde e meio-ambiente, dentre outros.

7.2. A Parte que der causa aos danos ou prejuízos listados acima deverá arcar com os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela outra Parte, e outros custos que decorrentes e diretamente aplicáveis.

8. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

8.1. A EMPRESA busca um padrão de excelência em todos os aspectos de seu negócio, promovendo seu desenvolvimento em um ambiente ético, justo, honesto e digno, tanto com as pessoas como em relação ao meio ambiente.

8.2. Para tanto, a EMPRESA promove um ambiente de trabalho com respeito aos direitos fundamentais, permitindo que as pessoas desenvolvam os seus talentos, conhecimentos e competências sem qualquer discriminação, respeitando sempre a legislação vigente.

8.3. Em virtude do exposto, o COMPRADOR deverá, na execução do respectivo Contrato, promover e cumprir os seguintes deveres:

- Cumprir todas as leis aplicáveis no país ou países onde o Contrato seja executado.
- Cumprir as disposições estabelecidas nessas Bases, dando especial relevância aos valores e princípios nos quais se fundam.
- Garantir o cumprimento irrestrito do Código de Ética da EMPRESA, sem oferecer, prometer ou efetivamente pagar subornos, propinas ou valores indevidos de qualquer tipo, nem oferecer qualquer benefício para garantir algum tipo de vantagem indevida.
- Promover e incentivar um local de trabalho livre de discriminação com base em raça, cor, sexo, orientação sexual, idade, estado civil, filiação a sindicato, religião, opinião política, nacionalidade, descendência nacional, status socioeconômico, idioma,



0

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98

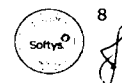


NOVAS IDEIAS PARA O SEU NEGÓCIO

- crenças, participação em sindicatos, identidade de gênero, filiação, aparência pessoal, doença ou incapacidade ou origem social, promovendo igualdade de oportunidades e bom tratamento no emprego.
- e) Promover e incentivar um local de trabalho livre de qualquer tipo de assédio ou outra forma de abuso.
 - f) Respeitar os direitos humanos e proibir qualquer tipo de trabalho forçado ou obrigatório.
 - g) Empregar pessoas que sejam legalmente autorizadas para trabalhar, incentivando a contratação com base em diversidade, sendo vedada a contratação, em quaisquer circunstâncias, de menores de idade.
 - h) Tratar os trabalhadores com dignidade, assegurando o cumprimento das leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários, promovendo salários e jornadas de trabalho dignos, justos e legalizados.
 - i) Respeitar o direito dos trabalhadores à liberdade de associação e sindicalização.
 - j) Proporcionar condições de trabalho seguras e dignas para todos os trabalhadores.
 - k) Executar o Contrato levando em consideração o meio ambiente, cumprindo com todas as disposições e leis ambientais aplicáveis.
 - l) Registrar todas as transações, com veracidade e cumprimento de todos os regulamentos fiscais e contábeis aplicáveis.

9. ÉTICA NOS NEGÓCIOS

- 9.1. O COMPRADOR deverá cumprir e, desde já, garante que o faz, com todas as leis e regulamentações aplicáveis e conduzir os seus negócios de acordo com ética e integridade.
- 9.2. O COMPRADOR declara conhecer e aceitar o Código de Ética da EMPRESA e informara EMPRESA sobre qualquer conduta que considerar contrária às normas éticas, podendo utilizar para tanto o canal anônimo, sigiloso e confidencial de denúncias da EMPRESA que está disponível em: www.melhoramentoscmpc.com.br.
- 9.3. O COMPRADOR declara, inclusive em nome dos seus empregados, principais executivos, representantes ou parceiros/diretores ou sócios/acionistas, a seguir todos designados como "Representantes", serem suas obrigações:



J

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



- a) Cumprir, rigorosamente e de boa-fé, todas as leis e regulamentos aplicáveis à execução do Contrato.
- b) Na execução de suas obrigações aqui previstas, não realizar qualquer ato ou atividade que possa constituir violação às leis e normas vigentes, ou que, de qualquer forma, possa gerar responsabilidade penal para a EMPRESA e executivos e empregados desta.
- c) Cooperar efetivamente em todos os procedimentos iniciados pela EMPRESA e/ou a pedido desta com o objetivo de investigar possíveis infrações ou contravenções à ética empresarial envolvendo o COMPRADOR.
- d) Fornecer à EMPRESA todas as informações que esta venha a requerer no contexto das investigações internas, sejam informações puramente preventivas ou quando recaiam sobre atos que constituam crime, sejam essas investigações periódicas ou iniciadas mediante denúncia específica.
- e) Estabelecer mecanismos de controle, fiscalização ou supervisão necessários para evitar qualquer atividade que possa ser considerada como crime, em particular para evitar a configuração de crimes de lavagem de dinheiro, suborno de autoridades públicas nacionais ou estrangeiras, financiamento ao terrorismo, dentre outros, por seus colaboradores e subcontratados.
- f) Tomar todas as medidas necessárias para garantir que tanto o COMPRADOR, quanto os seus trabalhadores ou dependentes, contratantes e os seus subcontratantes, não pratiquem qualquer conduta proibida por lei e, em especial, aquelas que possam gerar algum tipo de responsabilidade para a EMPRESA.
- g) Responsabilizar-se por qualquer conduta, ação ou omissão, direta ou indiretamente relacionada à corrupção, suborno, não-conformidades, e/ou prática de infrações, sejam cometidas diretamente por si ou por qualquer um de seus representantes, responsabilizando-se integralmente pelo pagamento de qualquer indenização por danos à propriedade causados à EMPRESA, sua reputação, integridade e/ou imagem.

9.4. Tendo em vista as obrigações aqui assumidas pelo COMPRADOR, a EMPRESA reserva-se o direito de propor todas as ações judiciais cabíveis contra o COMPRADOR ou os seus representantes. Igualmente, a EMPRESA se reserva o direito de rescindir imediatamente o Contrato, sem qualquer tipo de indenização, e sem prejuízo de qualquer pleito indenizatório



8

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



contra o COMPRADOR em decorrência do não cumprimento, pelo COMPRADOR, das obrigações assumidas nas Bases e/ou no Contrato.

- 9.5. Sem prejuízo destas regras gerais, cada Contrato contemplará através de um "Anexo de Ética Empresarial" as regras em particular para cada país.

10. LEALDADE AO COMPETIR

- 10.1. O FORNECEDOR não deverá fornecer à EMPRESA informações de natureza comercial ou estratégica de concorrentes da EMPRESA, tais como: preços, quantidades, informações sobre marketing, divisão de fornecedores, distribuidores, clientes, prática de cartel e as condições ofertadas.

- 10.2. A EMPRESA informa que as suas decisões comerciais, de marketing e de estratégia, por exemplo, são tomadas de forma autônoma e o FORNECEDOR deverá respeitar isso.

11. EVITAR CONFLITOS DE INTERESSES

- 11.1. Um conflito de interesses pode se manifestar, em geral, em qualquer relação comercial, de parentesco ou afetiva que exista, por exemplo, entre os administradores, parceiros ou acionistas, e/ou gestores e/ou pessoal executivo de qualquer das partes, com administradores, parceiros ou acionistas, e/ou gestores e/ou executivos da outra parte, que possam influenciar a decisão da contratação, suas condições ou seus termos, por exemplo.
- 11.2. Se qualquer das Partes identificar qualquer situação de conflito de interesses deverá informar imediatamente a outra Parte por qualquer meio, desde que formalize por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas a contar de sua manifestação.

12. PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS

- 12.1. Caso o COMPRADOR, o seu cônjuge, parentes até o segundo grau de consanguinidade ou afinidade, ou no caso de o COMPRADOR ser pessoa jurídica, seus diretores, principais executivos e/ou controladores, sejam ou venham a se tornar "pessoa politicamente exposta" (PEP), de acordo com a definição dada pelo grupo de ação financeira (FATF – Financial



8

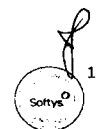
Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



Action Task Force), deverá informar imediatamente o Administrador do Contrato celebrado com a EMPRESA, acrescentando na mesma comunicação, o seu compromisso de não exigir, de forma ou maneira alguma, a concessão de condições contratuais mais favoráveis para o único fato de ter a qualidade de PEP.

13. CONFIDENCIALIDADE

- 13.1. Para os fins dessas Bases, entende-se por "informação confidencial" quaisquer dados ou informações financeiras, técnicas, comerciais, jurídicas ou outras relativas às Partes e/ou ao Contrato, entregues por uma Parte à outra, ou qualquer outra pessoa em nome ou representação das Partes, de maneira verbal, escrita, eletrônica ou eletromagnética, ou que seja transmitida de qualquer outra forma, incluindo, sem limitação, quaisquer dados, folha de pagamento, cálculos, análise de mercado, registros, planos, processos, desenvolvimento, programa (software), documentos, folha de pagamento ou qualquer outra forma em que se manifeste materialmente (incluindo, sem limitação, qualquer informação expressa em qualquer tipo de elemento tangível).
- 13.2. Todas as informações confidenciais fornecidas pelas Partes são reconhecidas como propriedade da Parte que as revelar, e a revelação, na oportunidade em que é feita, não conferirá à Parte receptora qualquer direito, nem permitirá considerar tais informações confidenciais como próprias (da Parte receptora).
- 13.3. A informação confidencial poderá somente ser usada para cumprir suas próprias finalidades, isto é, avaliar o Contrato, sua negociação e execução.
- 13.4. As Partes se comprometem a manter estrita confidencialidade sobre as informações que lhes são prestadas em relação ao Contrato, bem como, todos os aspetos que lhe são relacionados, que não podem ser divulgados a terceiros. Por conseguinte, as Partes são obrigadas a utilizar estas informações unicamente e exclusivamente para fins de cumprimento das suas obrigações e abster-se-ão de utilizá-la para fins diferentes, devendo guardá-las e protegê-las diligentemente, evitando sua divulgação.



8

Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 2.040.699 em 19/04/2021 neste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



13.5. A mesma obrigação se estende ao pessoal das Partes, às suas empresas conexas e aos subcontratantes e ao seu pessoal, sendo a sua responsabilidade adotar as salvaguardas pertinentes para o correto cumprimento destas obrigações.

13.6. Qualquer informação confidencial que seja divulgada através de um terceiro estará sujeita aos mesmos deveres de confidencialidade, como se as informações confidenciais tivessem sido divulgadas diretamente pelas Partes.

13.7. Estão excluídas do dever de confidencialidade aqui previsto as informações que: (a) são exigidas por uma entidade reguladora ou por decisão judicial ou arbitral, caso em que a Parte a que a informação é solicitada deverá dar aviso imediato do pedido à outra Parte; (b) tiver sido disponibilizada ao público validamente ou (c) que as partes já possuíam validamente e anteriormente à celebração do Contrato, ou que elas obtiveram de uma fonte diferente e que não tinha o dever de confidencialidade sobre as informações divulgadas.

13.8. Ao final do Contrato, se assim solicitado, as Partes deverão restituir imediatamente qualquer documento recebido da outra Parte relacionado com a execução do Contrato.

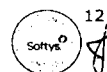
14. NÃO EXCLUSIVIDADE

14.1. Nenhuma das Partes terá obrigação de exclusividade para com a outra, podendo, assim, a EMPRESA firmar contrato com qualquer outro COMPRADOR, a seu exclusivo critério.

15. CESSÃO DO CONTRATO

15.1. O COMPRADOR não poderá ceder ou transferir a quaisquer terceiros, sem a prévia, por escrito e expressa autorização da EMPRESA, o Contrato, os direitos e as obrigações dele constantes, nem mesmo as garantias, e os seguros contratados para a finalidade do Contrato.

15.2. A violação ao disposto nessa cláusula será considerada como uma infração grave ao Contrato, conferindo, assim, à EMPRESA, o direito de rescindir o Contrato, sem o dever de pagar qualquer tipo de indenização ou penalidade em decorrência da rescisão.



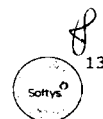
J

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



16. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 16.1. Entende-se por caso fortuito ou força maior o acontecimento ou fato imprevisto, alheio ao controle da Parte que o invoca, impossível de resistir. Entende-se também que o caso fortuito ou força maior deve ser de tal natureza que impeça o cumprimento da obrigação. O fato ou ato que torne o cumprimento da obrigação mais difícil ou oneroso não será considerado caso fortuito ou força maior para fins dessas Bases.
- 16.2. A Parte afetada pelo evento de caso fortuito ou de força maior deverá tomar todas as medidas razoavelmente possíveis para mitigar a ocorrência de seus efeitos (dever de mitigação).
- 16.3. A ocorrência de um evento de caso fortuito ou de força maior tem por efeito suspender a aplicabilidade das obrigações cuja execução resulte impossível em decorrência disso. A Parte deverá comunicar à outra por meio inequívoco o mais rapidamente possível, informando por escrito (ainda que por via de e-mail) os detalhes do impacto desta situação no desenvolvimento da obrigação e a sua duração estimada.
- 16.4. Havendo o evento de caso fortuito ou de força maior e resultando, assim, impossível o cumprimento das obrigações por uma das Partes, e caso a impossibilidade dure por período superior a 10 (dez) dias, a outra Parte terá o direito de rescindir antecipadamente o Contrato, sem que tenha o dever de efetuar indenizações ou compensações em decorrência da rescisão. Para tanto, a Parte deverá enviar notificação por escrito e inequívoca, informando a execução de seu direito para torná-lo eficaz.
- 16.5. Para maior clareza, é acordado que não se constituem eventos de caso fortuito ou de força maior a greve legal ou informal, com ou sem ocupação das instalações do FORNECEDOR, nem as resoluções que emanam de qualquer autoridade competente que tenha sua origem em atos ou omissões do FORNECEDOR ou seus subcontratados ou parceiros de negócios, ou mesmo seu respectivo pessoal, que infringem a legislação vigente e que impedem ou dificultam em qualquer extensão o cumprimento completo e oportuno de suas obrigações.
- 16.6. A prova do evento de caso fortuito ou a força maior deverá ser feita pela Parte que o invocar.



J

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



17. RESCISÃO ANTECIPADA

17.1. A vigência do Contrato é estabelecida no próprio Instrumento.

17.2. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente pelas seguintes razões, além daquelas que estão estabelecidas no próprio Contrato:

- Mútuo Acordo:** o Contrato poderá ser rescindido antecipadamente em razão de acordo mútuo entre as Partes, caso em que será resolvido de acordo com o que as Partes formalmente acordaram no Instrumento de Distrato, sujeito, em qualquer caso, ao que está estabelecido na legislação vigente.
- Rescisão unilateral motivada:** sem prejuízo da duração do Contrato, qualquer das Partes poderá rescindir o Contrato antecipadamente em razão de violação das disposições do Contrato, dos Anexos e das Bases pela Parte contrária.

17.3. Além disso, as Partes poderão rescindir o Contrato, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- Descumprimento de qualquer uma de suas obrigações previstas no Contrato e/ou nas Bases. Além disso, entende-se que o não cumprimento, pelo FORNECEDOR, em relação às leis trabalhistas, regras de segurança, saúde e meio ambiente, a ausência de licenças, alvarás, autorizações e permissões, constitui-se em infração grave;
- Dissolução, insolvência, recuperação judicial ou falência do FORNECEDOR;
- Se algum dos sócios, seus controladores, gerentes, executivos, representantes ou aqueles que conduzem atividades de administração e de supervisão forem investigados ou condenados por crimes de qualquer espécie.

17.4. Em qualquer das hipóteses aqui previstas, a parte prejudicada deverá enviar uma notificação escrita identificando a hipótese que ensejou a rescisão contratual e comunicando o exercício de seu direito de rescisão. Assim sendo, considerar-se-á que o Contrato será encerrado na data prevista na referida notificação, sem que haja a



8

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



necessidade de nova medida judicial ou extrajudicial, e sem que a parte prejudicada tenha o dever de arcar com qualquer indenização ou penalidades para tanto.

18. COMUNICAÇÕES E CONTATO

18.1. As comunicações entre as Partes deverão ser formalizadas. Isso significa que as Partes deverão fazer com que o conteúdo de suas comunicações seja integralmente registrado, quer por escrito num documento físico ou registrado eletronicamente, e que também permita que a Parte que as emitiu demonstre que as comunicações foram feitas oportunamente.

18.3. Os avisos e comunicações deverão ser considerados na data em que efetivamente recebidas pela outra Parte, após 03 (três) dias de envio por correio certificado, ou na data em que são transmitidas por correio eletrônico à outra parte, desde que, neste último caso, o seu recebimento seja confirmado pelo mesmo meio pela Parte receptora.

18.4. Cada Contrato estabelecerá um Administrador, que será a pessoa responsável pela comunicação e coordenação de qualquer aspecto relacionado com a execução do respectivo Contrato.

18.5. Os Administradores de Contrato nomeados pelas Partes terão as seguintes funções:

- Ser porta-vozes da Parte que representam durante a execução e cumprimento do Contrato.
- Acompanhar a execução completa, correta e integral das obrigações de desenvolvimento do objeto contratual.
- Dar as instruções do caso, para fazer observações para prevenir ou corrigir violações da outra Parte.
- Subscrever as atas e os relatórios do Contrato.
- Solicitar e receber relatórios, explicações ou reivindicações a serem realizadas.
- Garantir os interesses da Parte que representam na execução e encerramento do Contrato.



Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



18.6. Não obstante o acima exposto, os Administradores do Contrato não devem ser autorizados a exonerar a Parte que representa qualquer uma das obrigações ou deveres que emanam do Contrato, ou pedir qualquer coisa que de alguma forma implica variação nos prazos ou deveres acordados, a menos que tenham a autorização expressa do representante legal da Parte que representa, para assim fazê-lo.

18.7. O COMPRADOR é obrigado a informar imediatamente à EMPRESA e por escrito de qualquer mudança de endereço, e-mail ou telefone, bem como as pessoas de contato mencionadas no Contrato. Neste sentido, o COMPRADOR será o único responsável decorrente de tal falta de comunicação.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

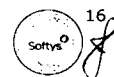
19.1. Pelo simples fato de assinar o Contrato, os representantes do COMPRADOR declaram ter poder suficiente para representá-lo.

19.2. O Contrato, os seus Anexos e as presentes Bases constituem um acordo completo e suficiente entre as Partes no que diz respeito ao seu objeto, substituindo e deixando sem efeito qualquer outro acordo, negociação, compromisso e/ou entendimento prévio, quer em forma oral ou escrita, no que diz respeito ao objeto do Contrato.

19.3. Nenhuma modificação, renúncia ou rescisão de alguma das disposições do Contrato ou de seus Anexos, nem qualquer declaração, promessa ou condição relativa ao objeto do Contrato será vinculativa se não tiver sido devidamente assinada por escrito pelas Partes.

19.4. Os títulos das cláusulas contidas nas presentes Bases, no Contrato e em seus Anexos têm o único objetivo de facilitar a referência e não de definir, limitar, alargar ou descrever o âmbito ou a intenção de qualquer disposição de tais documentos.

19.5. Se qualquer uma das estipulações do Contrato e/ou dessas Bases resultarem nulas, tal nulidade não invalidará o Contrato ou as Bases em sua totalidade, devendo ser interpretada como se não existissem as estipulações nulas. Dessa forma, os direitos e obrigações das Partes serão interpretados e observados de acordo com os termos plenamente válidos das Bases e/ou do Contrato.



8

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



19.6. Todas as despesas e direitos de qualquer natureza decorrentes do Contrato e da sua celebração (incluindo eventuais processos de licitação ou convites à licitação) serão suportados por cada Parte, salvo se expressamente estabelecido de maneira diferente no Contrato. Os custos resultantes da violação do Contrato serão da exclusiva responsabilidade da Parte inadimplente.

20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. Tendo em vista a natureza da relação de fornecimento de Produtos, as Partes, por esta Cláusula, decidem estabelecer condições para as atividades de tratamento de dados pessoais a serem realizadas no âmbito do objeto contratual aqui pretendido. Os termos aqui dispostos serão interpretados, quando necessária a conceituação, de acordo com as definições previstas na Lei 13.709/18, a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), especialmente em seu art. 5º (quinto). As atividades de tratamento de dados realizadas no âmbito desta relação são as relacionadas aos dados pessoais de titulares eventualmente necessárias à execução do seu objeto, sejam relacionadas à comunicação ou à concessão de poderes envolvendo as próprias Partes, sejam as relacionadas aos seus colaboradores. Sem prejuízo, quaisquer operações de tratamento de dados pessoais relacionadas a quaisquer titulares alheios aos descritos neste Contrato e realizadas pelas Partes no desempenho das atividades que compõem o objeto aqui pactuado também estarão submetidas às condições aqui estabelecidas.

20.2. As Partes se comprometem a realizar toda e qualquer operação de tratamento de dados pessoais de forma limitada ao atingimento das finalidades pretendidas, as quais deverão ser lícitas, legítimas e específicas de acordo com cada contexto, bem como declaram e garantem o cumprimento com toda a legislação pertinente no que diz respeito à privacidade e à proteção de dados pessoais, incluindo, sem limitação, a Lei 12.965/14 (Marco Civil da Internet), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como e, em especial, a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD")). Ademais, as Partes, desde já, se comprometem a cumprir com todos os ditames da LGPD, incluindo, sem se limitar, a garantia da adequada fundamentação legal para suas atividades de tratamento, a observância dos direitos dos titulares, bem como com todos os princípios nela previstos. No que diz respeito aos parâmetros de segurança da informação exigidos pela LGPD e em

Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 2.040.699 em 19/04/2021 neste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98

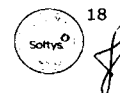


razão da própria natureza dos tratamentos de dados, as Partes avançarão parâmetro que entendam razoável e, em caso de divergência, o parâmetro a ser adotado será aquele emitido pelas autoridades competentes e, na ausência de direcionamento nesse sentido por parte das autoridades competentes, aplicar-se-ão os parâmetros tomados como padrão no mercado.

20.3. As obrigações referentes à legislação pertinente, em especial a LGPD, serão cumpridas por cada Parte de acordo com sua atuação na qualidade de controladora e/ou operadora de dados, a depender da situação fática, nos moldes definidos pela LGPD. As Partes serão qualificadas como controladora ou operadora de dados de acordo com cada situação fática, sendo seu papel definido de acordo com a efetiva forma de sua atuação em cada atividade de tratamento. Nas hipóteses em que a atividade de tratamento, de acordo com a realidade prática, ensejar uma relação entre Parte controladora e operadora, a Parte controladora tomará as decisões referentes ao tratamento de dados, determinando a finalidade e os meios de tratamento, ao passo que caberá à Parte operadora a observância das determinações da controladora.

20.4. As Partes se comprometem a comunicar uma à outra, independentemente da qualidade de controladora ou operadora, qualquer incidente de segurança que venham a tomar conhecimento, no prazo máximo de 1 (um) dia corrido, a contar da data do conhecimento do incidente. Ademais, as Partes se comprometem a colaborar mutuamente, caso venham a sofrer incidente de segurança, no sentido de fornecer todas as informações solicitadas pela outra Parte para fins de tratativas referentes ao incidente. Para os fins desta relação, as Partes poderão definir posteriormente entre si o que qualificará um incidente de segurança que ensejaria a comunicação aqui prevista. Entretanto, deverão atender ao parâmetro legal estabelecido, especialmente o que prevê a LGPD, bem como observar eventual direcionamento fornecido por autoridade competente, de que é exemplo a Autoridade Nacional da Proteção de Dados (ANPD).

20.5. Na hipóteses em que a EMPRESA atuar na qualidade de operador de dados pessoais, o COMPRADOR declara estar ciente da forma como a EMPRESA trata os dados pessoais envolvidos no âmbito desta relação, bem como atesta estar de acordo, validando, desde já, os parâmetros adotados pela EMPRESA para o tratamento dos dados pessoais compartilhados pelo COMPRADOR, em especial, atestando sua concordância e



J

Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 2.040.699 em 19/04/2021 neste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98





autorização para eventuais compartilhamentos de dados realizados pela EMPRESA para fins de atingimento das finalidades relacionadas ao objeto da presente relação.

21.1. FORO E LEI APLICÁVEL

21.1. Essas Bases, incluindo quaisquer litígios relacionados com os mesmos, serão regidas e interpretadas em conformidade com a legislação indicada no Contrato.

21.2. No caso de não ter sido expressamente acordado ou na ausência de acordo, as Partes serão regidas pela Lei Brasileira e estão sujeitos à jurisdição Poder Judiciário brasileiro.


19




Página
000021/000024

Registro Nº
2.040.699
19/04/2021

Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **2.040.699** em **19/04/2021** neste **7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98

RECIBO Nº 000021/2021
VITOR LUIZ DI
ESCREVENTE

Protocolo nº 2.042.772 de 15/04/2021 às 11:24:34h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 2.040.699 em 19/04/2021 neste 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por José Roberto Ferreira da Silva - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



ESPESSOAS NAT
TRITO LAPA
MELO O
14.01.01.01.01.01

EMPRESA:

MELHORAMENTOS CMPC LTDA

14º CARTÓRIO
DALAPA
Registro Civil
Praça Professor José Azevedo Antunes, 43/49 - Lapa - CEP 05072-050 - São Paulo - SP
55-11-3647-5600
www.cartoriodalapa.com.br

Reconheço por semelhança as firmas das (1) JORGE ACOSTA e (1) THIAGO JOSE MAZETO GARCIA, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 16 de março de 2021.
Em Teste da verdade. Cód. 1.012.572.132.71900200116-001400

VITOR LUIZ DE MELO OLIVEIRA - Escrevente Autorizado (Qtd 2: Total R\$ 20,70)
Selo(s): 2 Atos: 1022AA-0133906



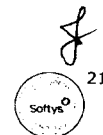
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
14º SUBDISTRITO - LAPA
VITOR LUIZ DE MELO OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADO

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



ANEXO
ÉTICA EMPRESARIAL

1. O COMPRADOR declara conhecer e aceitar o Código de Ética da EMPRESA e informá-la sobre qualquer conduta que considerar contrária às normas éticas, podendo utilizar para tanto o canal anônimo, sigiloso e confidencial de denúncias da EMPRESA que está disponível em: www.melhoramentoscmpc.com.br.
2. A EMPRESA, em conformidade com as leis aplicáveis no Brasil relativas à anticorrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa, contra o financiamento a terrorismo, ou seja, leis que imputam responsabilidade jurídica a pessoas físicas e jurídicas, implementou Programa de Compliance aplicável em sua organização, inclusive para empresas do Grupo, bem como para seus parceiros de negócios, fornecedores, prestadores de serviços, tanto no setor público quanto no privado.
3. O COMPRADOR declara, inclusive em nome dos seus empregados, principais executivos, representantes ou parceiros/diretores ou sócios/acionistas, a seguir todos designados como "Representantes", o que segue:
 - a) Implementou mecanismos de controle e monitoramento de atos de não-conformidade, em especial com base na Lei Anticorrupção brasileira (Lei n. 12.846/2013). Consequentemente, o COMPRADOR é obrigado a tomar todas as medidas necessárias para assegurar que o próprio COMPRADOR, seus trabalhadores ou dependentes, contratados e seus subcontratados, não praticarão condutas vedadas por lei e, especialmente, aquelas que podem gerar algum tipo de responsabilidade jurídica, inclusive penal e administrativa, para a Melhoramentos CMPC.
 - b) Não obstante o exposto, o COMPRADOR declara conhecer e aceitar as disposições do Programa de Compliance da EMPRESA, inclusive devendo cumprir as disposições do Código de Conduta de Fornecedores da Melhoramentos CMPC.



✓

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 187,42	R\$ 53,33	R\$ 36,39	R\$ 9,96	R\$ 12,96	R\$ 9,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312,98



- c) É sua obrigação cumprir rigorosamente todas as leis e regulamentos aplicáveis à execução de suas atividades e operações, inclusive em relação à execução do objeto do Contrato, a fabricação, o transporte e o fornecimento de Produtos.
- d) É sua obrigação não realizar qualquer ato ou atividade que possa constituir violação às leis e normas vigentes no Brasil, em particular a Lei nº 12.846/2013, o Código Penal, as leis de lavagem de dinheiro e que, de forma geral, tratem de corrupção.
- e) É sua obrigação relatar e colaborar efetivamente em todos os procedimentos iniciados pela Melhoramentos CMPC ou por terceiros a fim de investigar possíveis infrações ou contravenções praticadas pelo Fornecedor, seus subordinados, empregados, subcontratados e terceiros sob a sua responsabilidade.
- f) Compromete-se a dar à EMPRESA todas as informações que seja por ela requerida no contexto de procedimentos de apuração e não-conformidades, sejam eles de natureza puramente preventiva ou quando se derem com base em denúncias.
- g) É sua obrigação responsabilizar-se por qualquer conduta, ação ou omissão, direta ou indiretamente relacionada à prática de não-conformidades que constituam infrações às leis brasileiras aplicáveis, em especial à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), responsabilizando-se, também, por danos e prejuízos causados à EMPRESA em razão de suas práticas contrárias à Lei e à ética nos negócios.
4. Tendo em vista as obrigações aqui assumidas pelo COMPRADOR, a EMPRESA reserva-se o direito de propor todas as ações judiciais cabíveis contra o COMPRADOR ou os seus representantes. Igualmente, a EMPRESA se reserva o direito de rescindir imediatamente o Contrato, sem qualquer tipo de indenização, e sem prejuízo de qualquer pleito indenizatório contra o COMPRADOR em decorrência do não cumprimento, pelo COMPRADOR, das obrigações assumidas nas Bases e/ou no Contrato.
5. O COMPRADOR declara conhecer o Código de Ética e o Programa de Compliance da EMPRESA, que se encontram disponíveis para acesso em: www.melhoramentoscmpc.com.br.

